




Observatório da Oposição

06 DE MAIO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 48



**Governo 'esconde' obras
eleitoreiras no orçamento de
Itaipu e repassa custos
exorbitantes para a conta de
luz dos brasileiros**



SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221



DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

PRIORIDADES DA SEMANA

1

ENERGIA

2

POLÍTICA

3

DEFESA

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



ENERGIA

Governo 'esconde' obras eleitoreiras no orçamento de Itaipu e repassa custos exorbitantes para a conta de luz dos brasileiros

Energia gerada na usina é três vezes mais cara que a média das demais hidrelétricas do país; custos foram inflacionados por custeio descabido de obras como estradas e aeroportos, embutidos no orçamento de Itaipu na condição de 'projetos socioambientais'

Síntese

- A Frente Nacional de Consumidores de Energia (FNCE) realizou estudo que identificou Itaipu como a hidrelétrica com o custo mais alto para os brasileiros, dentre as 59 usinas analisadas.
- Em 2023, o custo por MWh de Itaipu foi de R\$ 294,50, três vezes maior que a média das outras oito usinas já amortizadas, que é de R\$ 95,50.
- Os motivos para a tarifa alta incluem gastos com projetos socioambientais, obras, excesso de pessoal e custos do acordo com o Paraguai.



Contextualização

- A Frente Nacional de Consumidores de Energia elaborou um estudo mostrando que, entre as grandes hidrelétricas do Brasil, Itaipu é a que gera eletricidade com o custo mais alto para os brasileiros.
- Na pesquisa foram selecionadas 59 hidrelétricas que trabalham com um sistema de cotas para atender o mercado cativo de energia. Após, fizeram um recorte para analisar as oito maiores usinas com base em tamanho e produção de energia. Por fim, foram separadas e comparadas as hidrelétricas que já foram amortizadas e as que não foram amortizadas.
- Na comparação, foram utilizados dados públicos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Análise

- A tabela abaixo apresenta as hidrelétricas em dois grupos, como amortizadas e não amortizadas. As hidrelétricas estão organizadas de acordo com o valor da tarifa em 2023, permitindo avaliar as relações entre custo, potência e geração de energia, além de compará-las facilmente.

Custo, potência e geração das UHEs - 2023

UHE (Amortizadas)	Custo (R\$/ MWh)	Potência (MW)	Geração (milhões de MWh)
Itaipu	294,5	14.000	83,9
Ilha Solteira	148,09	3.444	12,9
Jupiá (Eng. Souza Dias)	134,4	1.551	5,4
São Simão	123,57	1.710	7,6
Complexo Paulo Afonso	90,00	4.279	10,8
Marimbondo	78,22	1.440	6,4
Itaparica (Luiz Gonzaga)	69,93	1.480	5,1
Furnas	65,46	1.216	5,3
Xingó	55,81	3.162	12,5
UHE (Não Amortizadas)			
Santo Antônio	197,01	3.568	14,1
Jirau	173,37	3.750	11,5
Belo Monte	171,47	11.233	31,5

Fonte: Relatório Custo de Itaipu, FNCE

- Indiscutivelmente, Itaipu é a usina hidrelétrica mais cara do Brasil, mesmo quando comparada às hidrelétricas que ainda não foram amortizadas. Em 2023, o custo por MWh de Itaipu foi de R\$ 294,50, três vezes maior que a média das outras oito usinas já amortizadas, que é de R\$ 95,50. Quando comparada com Ilha Solteira, a segunda usina mais cara entre as amortizadas, com um custo de R\$ 148,09 por MWh, Itaipu custa quase o dobro.
- Os custos elevados de Itaipu são causados por investimentos em projetos socioambientais, construção de novas obras, custos com pessoal e custos do acordo estabelecido com o Paraguai.
- Em 2023, chama-nos atenção o aumento expressivo das despesas gerais e administrativas da Itaipu Binacional, que tiveram um aumento de 66% em relação a 2022. Traduzindo em cifras, o aumento das despesas gerais e administrativas foi de US\$ 1 bilhão para US\$ 1,68 bilhão, valores que expressos em reais ficariam de R\$ 5,25 bilhões para R\$ 8,7 bilhões.
- A maior parte desse aumento foi destinada a projetos socioambientais, os quais tiveram uma alta de 82% no período. Criticamos a interpretação elástica do que se considera programa socioambiental. Essa ampliação do escopo oferece guarida a concessões políticas indevidas, que pouco ou nada tem haver com compromissos socioambientais.

- Além disso, entendemos que muitos desses projetos são subsídios cruzados, uma vez que fazem com que os consumidores de energia paguem por obras públicas, como estradas e aeroportos, por meio da conta de luz.



POLÍTICA

Pente-fino da CGU aponta uso de dinheiro público para pavimentação de estrada em propriedade de ministro no Maranhão

Juscelino Filho (Comunicações) direcionou emendas para obra em benefício próprio; caso também está na mira da Polícia Federal, que investiga possíveis conexões entre político e organização criminosa que desviou recursos da Codevasf



Síntese

- O relatório da CGU demonstrou que o ministro Juscelino Filho obteve benefício ilegal ao pavimentar 80% de uma estrada em Vitorino Freire (MA) com emendas parlamentares, favorecendo propriedades dele e de sua família.
- A CGU obteve informações sobre esses desvios durante a Operação Odoacro da Polícia Federal, que investiga fraudes licitatórias, desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro com verbas da Codevasf.
- A Polícia Federal investiga possíveis conexões entre Juscelino Filho e organizações criminosas, incluindo contratações suspeitas com a Construservice e a Arco Construções, que pode ser controlada indiretamente por ele, e conversas com Eduardo DP sobre pagamentos a terceiros.

Análise

- O relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) demonstrou que o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, obteve benefício ilegal por meio da pavimentação de 80% de uma estrada em Vitorino Freire (MA). Essa pavimentação foi financiada com recursos de emendas parlamentares direcionadas por ele quando era deputado e beneficiou propriedades do ministro e de sua família.

“De um total de 23,1 km, envolvendo R\$ 7,5 milhões, 18,6 km, 80%, beneficiariam as propriedades do parlamentar e, ao que parece, de forma individual. Os restantes 4,5 km beneficiariam cinco povoações locais e ainda de forma isolada sem integração com a rodovia estadual, nem com a sede do município”.

CGU.

- Em sua justificativa, a Codevasf afirma que as obras beneficiariam povoados rurais e eram necessárias para o escoamento e acesso a serviços públicos. Todavia a afirmativa não se sustenta, uma vez que o maior trecho pavimentado estava próximo à propriedade do ministro e não atendia aos povoados rurais mencionados.

- O relatório da CGU decorre de informações obtidas na Operação Odoacro, deflagrada pela Polícia Federal em 20/7/2022. Estão associadas também a Operação Odoacro II (5/10/2022) e a Operação Benesse (1/9/2023). Essas operações visam desarticular a organização criminosa envolvida em fraudes licitatórias, desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro com verbas da Codevasf.
- A Polícia Federal suspeita que o ministro Juscelino Filho faça parte da organização criminosa que desviou recursos de obras da Codevasf em Vitorino Freire, Maranhão, cidade sob a gestão de sua irmã, Luanna Rezende. Como resultado da operação, Luanna Rezende chegou a ser afastada do cargo, retornando posteriormente ao mandato por decisão do STF.
- A principal empresa envolvida no esquema é a Construservice, cujo sócio oculto é Eduardo Costa Barros, conhecido como 'Eduardo DP' ou 'Imperador'. Ele foi preso sob a suspeita de liderar esquema de lavagem de dinheiro através de desvios de verbas públicas em fraudes licitatórias. No celular de Eduardo Barros, foram identificadas conversas com Juscelino Filho sobre questões relativas às licitações.
- Em 2015, lembramos que um outro esquema de corrupção da Construservice já havia sido identificado pela Polícia Civil em Dom Pedro (MA). Segundo as investigações, a operação fraudulenta continuou a crescer nos anos seguintes, passando a desviar recursos federais.
- Basicamente, os criminosos criam empresas de fachada e manipulam licitações para garantir que a Construservice, ligada a Eduardo DP, seja sempre a vencedora, mantendo contratos de grande porte com a Codevasf.
- A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) atua em 2.675 municípios e 15 estados, mais o Distrito Federal. De fato, identificamos que a Construservice tem um largo histórico de atuações em municípios que estão na área de atuação da Codevasf, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela - Contratos com vínculos entre a Construservice e a Codevasf.

Contrato	Localidade	Nr. Doc	Total do Contrato
0.067.00/2020	Araguatins (TO)	2020NE440318	4.775.000,00
0.070.00/2020	Combinado (TO)	2020NE440323	955.000,00
0.106.00/2020	Itaguatins (TO)	2020NE800049	238.750,01
0.111.00/2020	Arapoema (TO)	2020NE800054	1.910.000,00
0.630.00/2021	Goiás	2021NE440547	19.100.000,00
0.630.00/2021	Aparecida de Goiânia (GO)	2021NE440316	3.820.000,00
0.630.00/2021	Luziânia (GO)	2021NE440316	3.820.000,00
0.630.00/2021	Itapaci (GO)	2021NE440316	3.820.000,00
0.630.00/2021	Luziânia (GO)	2021NE440316	3.820.000,00
7.447.00/2021	Floriano (PI)	2021NE570454	2.865.000,00
DN (CE) TED 15/2019	Ceará	2019NE570959	9.650.000,00

Fonte: Portal da Transparência.

- A Arco Construções, outra empresa ligada ao ministro e também associada aos esquemas de corrupção, presta serviços exclusivamente para a Prefeitura de Vitorino Freire e possui nove contratos com a administração municipal (tabela abaixo). A cidade é considerada o principal reduto eleitoral da família do ministro das Comunicações.

Tabela - Contratos entre a Arco Construções e o Município de Vitorino Freire

Nº Ato Licitação	Contrato	Assinatura	Objeto	Fornecedor
28/2022	141/2022	26/06/2023	PRORROGAR POR 12 (DOZE) MESES A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE/MA, COM INÍCIO A PARTIR DE 30 DE JUNHO DE 2023.	ARCO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
5/2020	122/2020	04/05/2023	4 ADITIVO - PRORROGAR POR 06 (SEIS) MESES A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA SÃO JOÃO DO GRAJAÚ NO MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE/MA, COM INÍCIO A PARTIR DE 10 DE MAIO DE 2023.	ARCO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
4/2020	121/2020	04/05/2023	PRORROGAR POR 06 (SEIS) MESES A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA SÃO JOÃO DO GRAJAÚ NO MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE/MA, COM INÍCIO A PARTIR DE 10 DE MAIO DE 2023.	ARCO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
34/2021	144/2021	16/12/2022	PRORROGAR POR 12 (DOZE) MESES A VIGÊNCIA DO CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES E MAQUINAS PESADAS, DE FORMA CONTINUADA, POR DEMANDA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE VITORINO FREIRE/MA, COM INÍCIO A PARTIR DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022.	ARCO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
5/2020	122/2020	03/11/2022	TERCEIRO ADITIVO - PRORROGAR POR 06 (SEIS) MESES A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA PEDRA DO SALGADO NO MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE/MA, COM INÍCIO A PARTIR DE 10 DE NOVEMBRO DE 2022.	ARCO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

1/2018	37/2018	13/09/2022	O PRESENTE TERMO ADITIVO ACRESCEU AO VALOR DO OBJETO CONTRATUAL GLOBAL EM R\$ 894.919,72 (OITOCENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E DEZENOVE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS), GERANDO UMA REPERCUSSAO PERCENTUAL DE 25% (VINTE E CINCO) POR CENTO DO VALOR INICIAL DO CONTRATO, ESTANDO, PORTANTO, DENTRO DO LIMITE DE 25% (VINTE E CINCO) POR CENTO PERMITIDO POR LEI PARA ESTE OBJETO.	ARCO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
6/2020	119/2020	06/06/2022	PRORROGAR POR 12 (DOZE) MESES A VIGENCIA DO CONTRATO CUJO O OBJETO E A REFORMA E REVITALIZAGAO DE PRAGAS DO MUNICIPIO DE VITORINO FREIRE - MA, COM INICIO A PARTIR DE 08 DE JUNHO DE 2022.	ARCO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
1/2018	37/2018	08/04/2022	PRORROGAR POR 12 (DOZE) MESES A VIGÊNCIA DO CONTRATO N° 37/2018, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA NO MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE - MA, COM INICIO A PARTIR DE 10 DE ABRIL DE 2022.	ARCO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
28/2022	141/2022	31/08/0202	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAGAO DE EMPRESA PARA EXECUGAO DE SERVGIOS DE ENGENHARIA DE RECUPERAGAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE VITORINO FREIRE - MA.	ARCO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Fonte: Portal da Transparência de Vitorino Freire.

- Essa construtora enfrenta diversas acusações de irregularidades, incluindo a ausência de funcionários registrados e dívidas com bancos públicos (Banco do Nordeste, R\$ 1,25 milhão; e Caixa, R\$ 250 mil) e privados. A Arco Construções é também a empresa diretamente implicada no caso envolvendo a construção da estrada que beneficia a família do ministro.
- Os registros indicam que a Arco Construções foi fundada em 2015, quando Juscelino Freire iniciou seu primeiro mandato como deputado federal. Inicialmente, Lia Candida Parente Santana era a responsável pela empresa e, posteriormente, tornou-se assessora de Juscelino, em 2017. Atualmente, a empresa está em nome de Antonio Tito Salem Soares, considerado pelos investigadores como sendo um "testa de ferro" do ministro.
- A Polícia Federal avalia três possíveis linhas para elucidar os benefícios obtidos pelo ministro em contratos com a Codevasf. Primeiro, a pavimentação de estrada que favorece propriedades do ministro e de sua família. Segundo, o resultado dos arranjos entre Juscelino e o empresário Eduardo José Barros Costa (Eduardo DP), que foram identificados por meio de conversas sobre pagamentos a terceiros, incluindo engenheiros e servidoras da prefeitura. Terceiro, as contratações envolvendo a empresa Arco Construções, suspeita de ser controlada por Juscelino por meio de laranjas, para uma obra financiada com emendas do então deputado.



EVAIR
DE MELO | DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

Lula transforma em palanque evento patrocinado com verba pública e transmissão em canal oficial. Qual é o limite para o PT?

Violando a legislação, petista pediu votos para Guilherme Boulos durante evento em comemoração ao Dia do Trabalhador, em SP, diante de uma plateia formada por sindicalistas e aliados políticos; liderança da oposição no Senado denuncia abuso ao TCU e à Procuradoria-Geral da República

No dia 1º de Maio, Dia do Trabalhador, data que surgiu como símbolo de luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, foi realizado evento denominado “Festival Cultura e Direitos”, que virou um verdadeiro comício eleitoral e acabou dominado pelo Partido dos Trabalhadores e sindicatos próximos ao Presidente da República, além de contar com a participação de outros grupos e partidos políticos.

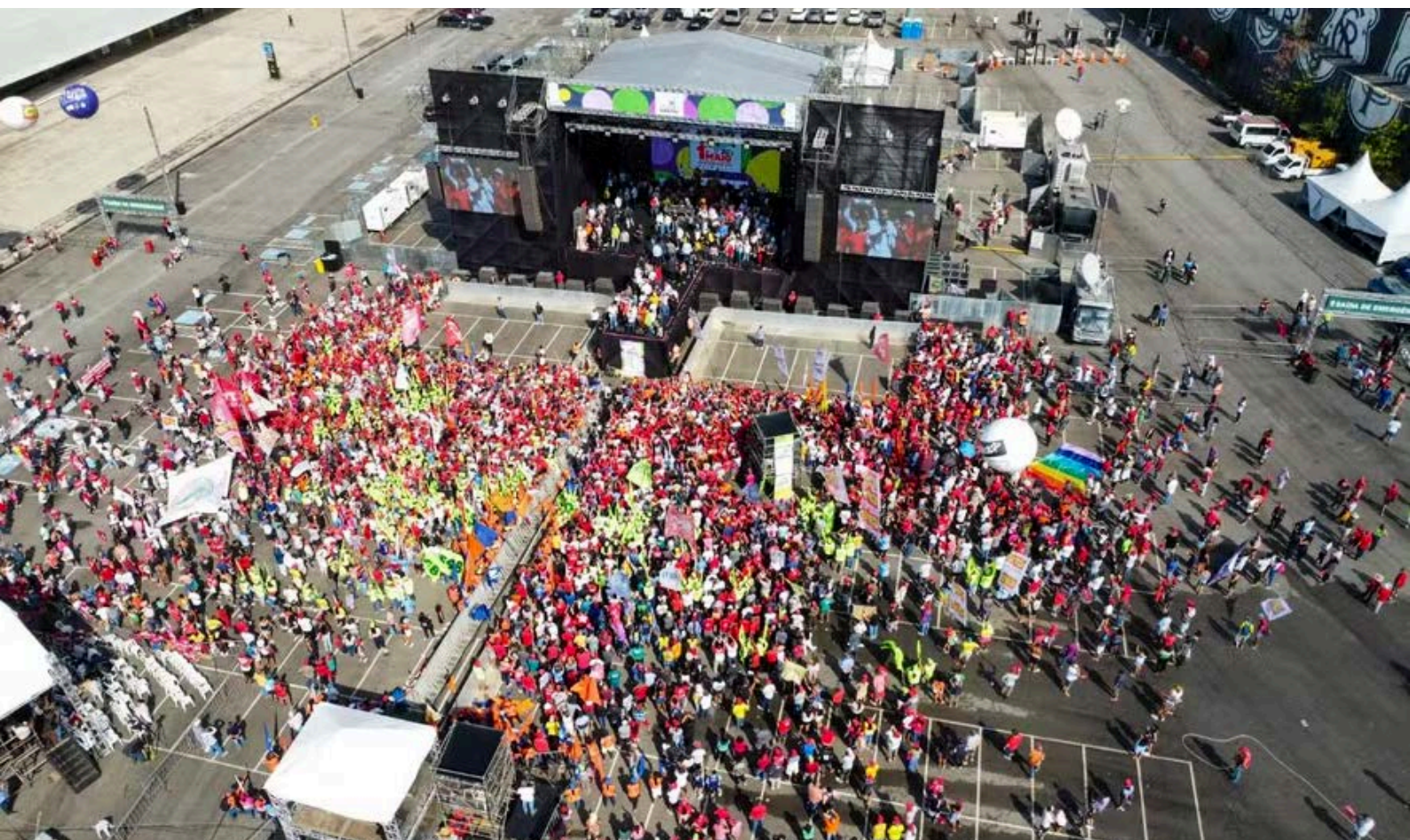
Esvaziamento

No estacionamento do estádio do Corinthians, na zona leste de São Paulo, o público não chegou a 2 mil pessoas. Segundo o grupo de pesquisa “Monitor do Debate Político” da escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP, o petista reuniu 1.635 pessoas, com margem de erro de 12% para mais ou menos. O público, em sua maioria, foi formado por sindicalistas, empunhando bandeiras da CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB e Intersindical Central da Classe Trabalhadora.

Durante o seu discurso, o constrangido líder petista constatou o esvaziamento do evento e cobrou o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macedo, responsável pela articulação do governo com os movimentos sociais. O local foi cedido pelo Corinthians, time de coração do líder petista, construído pela empresa Odebrecht, e inclusive, alvo de delação premiada por Marcelo Odebrecht, o qual afirmou que o estádio bilionário era um pedido pessoal de Lula ao seu pai.

Ilícito eleitoral

O deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) esteve presente no ato do Dia do Trabalhador, ao lado do Presidente de República, que pediu explíci-



tamente votos ao aliado e pré-candidato a prefeito de São Paulo nas próximas eleições municipais.



Eu vou fazer um apelo: cada pessoa que votou no Lula em 89, em 94, em 98, em 2006, em 2010, em 2022, tem que votar no Boulos para prefeito de São Paulo. (...) Esse jovem, ele está disputando uma verdadeira guerra aqui em São Paulo. Ele está disputando com o nosso adversário nacional, ele está disputando contra o nosso adversário estadual e ele está disputando contra o nosso adversário municipal. Ele está enfrentando três adversários. E, por isso, eu quero dizer para vocês, ninguém derrotará esse moço aqui se vocês votarem no Boulos para prefeito de São Paulo nas próximas eleições.

Lula, em discurso durante ato do Dia do Trabalhador em SP



O pedido explícito de votos a pré-candidatos é vedado pela legislação eleitoral em período de pré-campanha, Lei 9.504/97, só podendo ocorrer após o início oficial da campanha, dia 16 de agosto do ano da eleição, estando sujeito à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

O ministro Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação Social (Secom), se manifestou a respeito da fala de Lula, afirmando que a conduta não pode ser enquadrada como propaganda eleitoral antecipada, justificando o ato como liberdade de expressão:

“A manifestação do presidente não pode ser enquadrada como propaganda eleitoral antecipada, ou mesmo teria o escopo de influenciar as eleições. Trata-se, em verdade, de manifesto exercício da liberdade de expressão”.

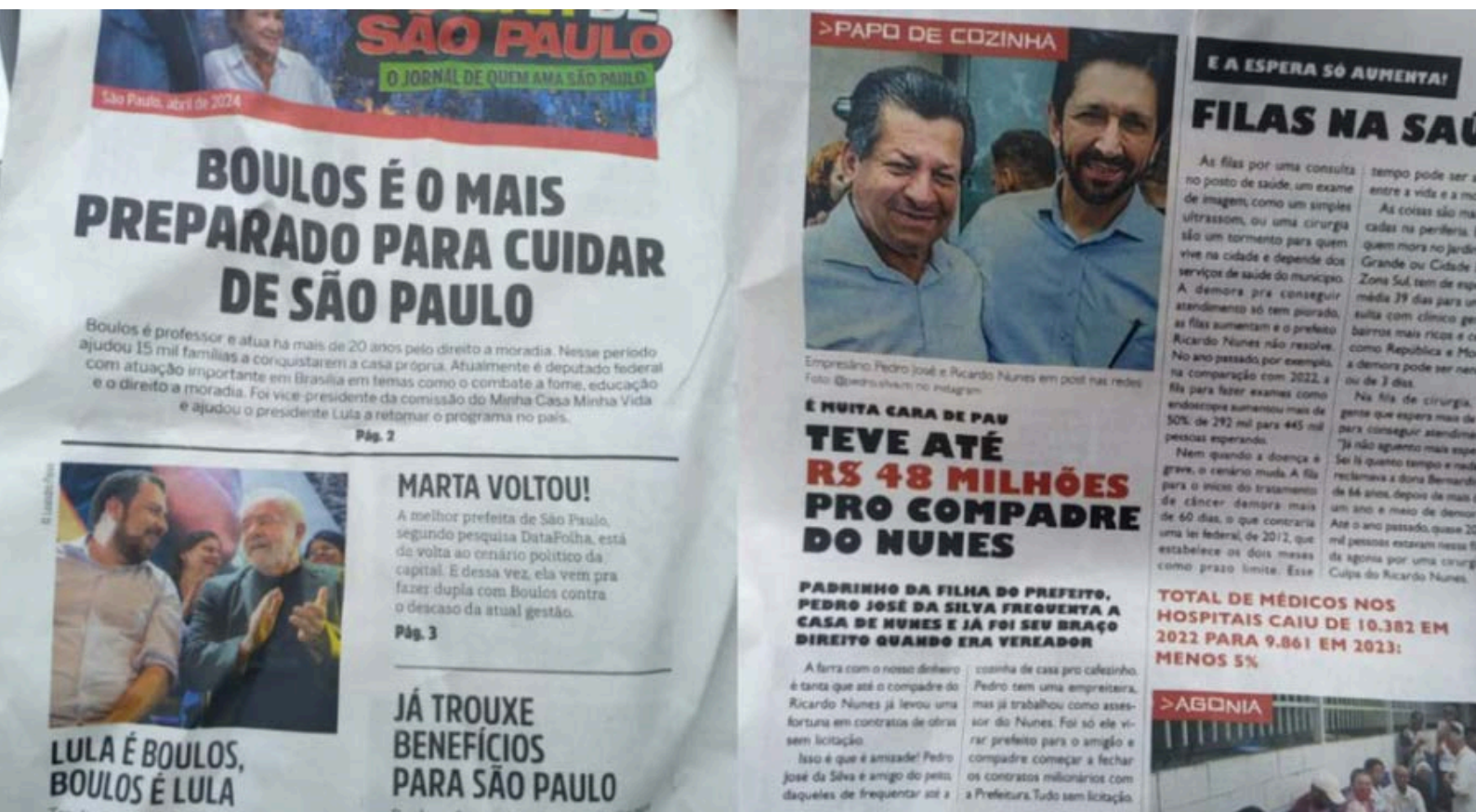
A justiça eleitoral atendeu o pedido realizado pelo Partido Novo, e intimou o presidente, no dia 02 de maio, a excluir de seu canal no Youtube, no prazo de até 24 horas, o vídeo do ato de 1º de maio.

Abuso de poder econômico, político e dos meios de comunicação

Segundo o Jornal O Estado de São Paulo, a produtora responsável pelo evento, Veredas Gestão Cultural, captou 250 mil reais via Lei Rouanet.

A produtora foi autorizada a levantar até R\$ 6,3 milhões para o evento, recebendo doações apenas da faculdade privada de medicina de Campinas São Leopoldo Mandic, por conta da renúncia fiscal da Lei Rouanet, e contando com o financiamento da Petrobras (empresa estatal de economia mista) e do Conselho Nacional do Sesi, o qual recebe repasse de dinheiro público.

Ao beneficiar a pré-candidatura de Boulos à Prefeitura de São Paulo, Lula está sujeito a ser condenado, junto com seu pupilo, por abuso de poder econômico e abuso de poder político. Esses crimes podem levar à inelegibi-



lidade de ambos ou à cassação da chapa de Boulos. Tais ilícitos estão previstos no artigo 22 da Lei Complementar 64/1990, a Lei da Inelegibilidade.

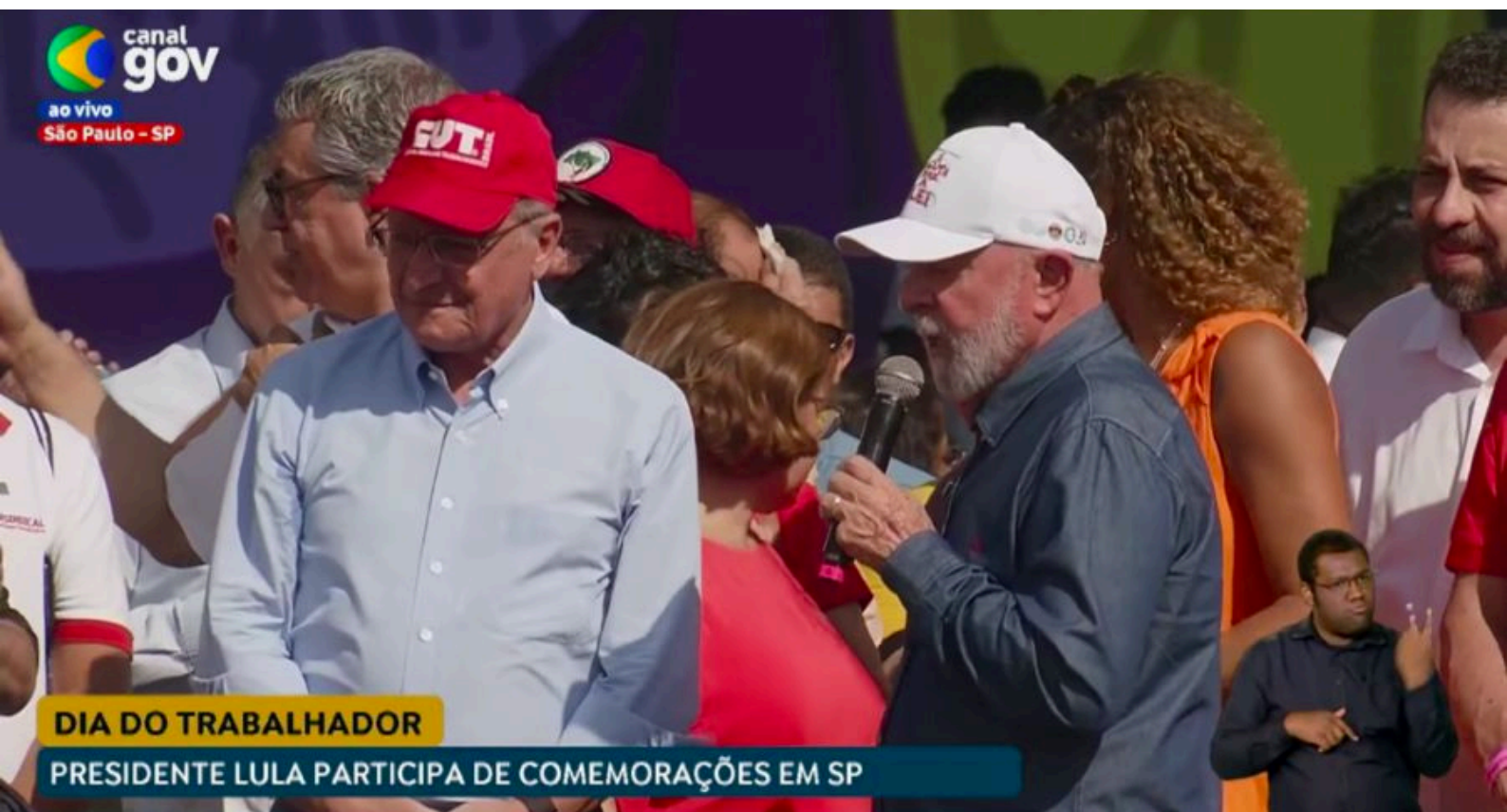
O especialista em Direito Eleitoral e Administrativo, Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP, declarou ao jornal Gazeta do Povo: "Ao transformar um evento oficial de Primeiro de Maio em um comício eleitoral, Lula pode ter praticado ato de improbidade administrativa, desde que tenha sido usado dinheiro público na organização desse evento".

Além disso, segundo o jornal Estadão, alguns jornais a favor do pré-candidato Boulos e contra o pré-candidato Ricardo Nunes foram distribuídos a quem estava presente no evento, com elogios ao candidato do PSOL. Ainda, uma inscrição no rodapé da última página indica que a tiragem é de 100 mil exemplares e que o responsável pela publicação é o diretório estadual do PSOL.

Na capa do informativo também há elogios a Marta Suplicy, que retornou ao PT e é cotada para compor a chapa de Boulos como vice. Também há uma manchete que relaciona o pré-candidato do PSOL ao presidente: "Lula é Boulos, Boulos é Lula".

O PSOL declarou que "o material foi elaborado nos termos previstos em lei e tem conteúdo informativo"

Outro ponto a ser destacado é o uso indevido dos meios de comunicação



social, isso porque o evento foi transmitido ao vivo pelo Canal Gov, canal de televisão brasileiro pertencente à Secretaria de Comunicação Social e operado pela Empresa Brasil de Comunicação - EBC. O uso da máquina pública em benefício de algum candidato pode ser eventual abuso de poder político, principalmente quando a estrutura de uma TV pública é utilizada para transmitir de ilícitos.

Oposição toma medidas

O líder da Oposição no Senado Federal, senador Rogério Marinho (PL-RN), ingressou com representações junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e a Procuradoria-Geral da República (PGR), em busca de resguardar a integridade do processo eleitoral e a correta aplicação dos recursos públicos.

Rogério Marinho apontou que o Presidente da República infringiu a legislação eleitoral, e expressou preocupações significativas sobre a integridade e imparcialidade das ações governamentais em período pré-eleitoral.

Ao Tribunal de Contas da União, o senador solicitou auditoria para avaliar o uso de recursos da Lei Rouanet e da Petrobras em eventos com fins eleitorais. À Procuradoria Geral da República, Marinho pede a investigação do uso indevido da máquina pública federal e de recursos públicos para ato de campanha eleitoral antecipada e abuso de poder econômico.



O senador destaca a urgência de responsabilizar os envolvidos para preservar a justiça e a confiança pública nas instituições do país.

Enquanto isso, os adversários Ricardo Nunes (MDB), e o deputado federal Kim Kataguiri (União Brasil-SP) decidiram ir à justiça contra o presidente Lula por conta da campanha antecipada fora do tempo permitido em favor do pré-candidato a Prefeito de São Paulo, Guilherme Boulos.

Segundo o portal Terra, o PSDB informou que ingressará com ação na justiça contra o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, por conta do pronunciamento oficial da pasta na véspera do Dia do Trabalho, uma vez que o ministro agiu como militante partidário do presidente. O partido alega que, ao citar o presidente de forma repetitiva, a pasta afronta a Constituição e o princípio da impessoalidade.

Em nota, o presidente do PSDB, Marconi Perillo, declarou: "O PT, mais uma vez, demonstra ter enorme dificuldade em separar o que é interesse público do que são seus próprios interesses. O pronunciamento para promover a pessoa do presidente da República e o 'nosso governo' citado outras tantas transformou o que deveria ser um espaço institucional em propaganda política e pessoal".

Imposto Sindical

O enfraquecimento do governo Lula junto aos sindicatos de pautas ideológicas está cada vez mais visível, tanto é verdade que, como medida de aproximação, o coordenador do Fórum das Centrais Sindicais noticiou que o Congresso irá receber ainda no mês de maio projeto de lei que cria uma alternativa de financiamento para sindicatos no país.

A tão famigerada volta do imposto sindical é um mecanismo para financiar os sindicatos, e é considerado um retrocesso nas relações entre o empregado e o empregador. Porém, possui o apoio incondicional do atual presidente, um ex-sindicalista.

Após o fiasco do evento financiado com dinheiro público, espera-se que a Justiça Eleitoral faça cumprir a lei, com base nos princípios constitucionais da impessoalidade, legalidade e moralidade.



DEFESA

Parece mentira, mas não é: um dia após lançar submarino, Lula bloqueia R\$ 200 mi destinados ao projeto

Medida já causou a demissão de pelo menos 200 trabalhadores envolvidos no ProSub e ameaça os empregos de outros 400; atrasos na construção de submarinos em parceria com a França podem gerar um custo extra de R\$ 150 milhões por ano ao país

Síntese

- Em março de 2024, o presidente Lula e o presidente francês, Emmanuel Macron, lançaram o submarino Tonelero, parte do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (ProSub), uma parceria Brasil-França de aproximadamente R\$ 40 bilhões.
- O lançamento marca o início dos testes do terceiro de quatro submarinos convencionais previstos pelo programa.



- Um dia após o evento, a Marinha enfrentou um bloqueio de recursos destinados ao ProSub, totalizando R\$ 199,99 milhões, resultando na demissão de 200 trabalhadores do estaleiro parceiro, Itaguaí Construções Navais (ICN).
- Atrasos nas construções dos submarinos podem custar R\$ 150 milhões por ano em despesas extras com manutenção e apoio operacional.

Análise

- O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (ProSub) é uma parceria Brasil-França com orçamento inicial de aproximadamente R\$ 40 bilhões. O Acordo na Área de Submarinos foi assinado em 2008 e promulgado pelo Decreto nº 8.630, de 30 de dezembro de 2015.
- O Prosub tem por objetivo estabelecer a cooperação entre as Partes para apoiar o programa brasileiro de desenvolvimento de suas forças submarinas, incluindo a transferência de métodos, tecnologias, equipamentos e assistência técnica em todas as fases do projeto de submarinos convencionais.
- A priori, o texto não prevê intercâmbio financeiro, possibilitando apenas que as partes possam avaliar isenções totais ou parciais de impostos sobre bens e serviços importados ou produzidos como parte dos contratos relacionados ao programa.
- Em 27 de março de 2024, o presidente Lula e o presidente francês, Emmanuel Macron, participaram de evento que marcou o início da fase de testes do Tonelero. O Tonelero é o terceiro de quatro submarinos convencionais com propulsão diesel-elétrica previstos pelo ProSub.
- Na ocasião, Lula afirmou que a aquisição de novos submarinos para o Brasil visa fortalecer a defesa nacional e manter a paz, sem intenções de guerra. Além disso, destacou a importância da parceria entre Brasil e França na cooperação para o desenvolvimento dessa embarcação. Por sua vez, Macron também elogiou a colaboração entre as duas nações e frisou a troca de conhecimentos.

"O ProSub é o maior e mais importante projeto de cooperação internacional em assuntos de defesa do Brasil. Ele garante a soberania brasileira no nosso litoral, fortalece a indústria naval, com geração de emprego e renda, e promove o desenvolvimento do setor com muita inovação"

Lula, notícia da Secom/Presidência.

"Uma honra ser madrinha do Submarino Tonelero, um dos quatro submarinos convencionais do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub). Fruto de uma parceria entre Brasil e França firmada em 2008, o Prosub prevê a transferência de tecnologia francesa para a construção de embarcações brasileiras. Desejo sucesso a todos os tripulantes da embarcação, que naveguem em águas tranquilas!"

Janja, na plataforma X.

- No entanto, passada a ovação e a pompa, o programa enfrentou a dura realidade, como muitos outros no atual governo. No dia seguinte, o Ministério da Defesa sofreu um bloqueio dos recursos, por força do Decreto nº 11.969, de 28 de março de 2024. O contingenciamento de recursos da pasta afetou diretamente o programa Prosub.
- Segundo informado pelo Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, o Prosub sofreu um bloqueio de R\$ 199,99 milhões de reais, cerca de 11,5% dos R\$ 1,7 bilhões previstos para o programa na Lei Orçamentária Anual. Ainda de acordo com Olsen, o bloqueio de verba do Prosub não adiará o submarino nuclear, mas considera provável o aumento de custos.
- Em decorrência dos cortes, o estaleiro parceiro do projeto, Itaguaí Construções Navais (ICN), dispensou 200 trabalhadores, cerca de 10% do efetivo, e projeta a demissão de 400 outros funcionários no segundo semestre, caso a situação atual se mantenha.
- O almirantado teme ainda que o Naval Group, um dos sócios do ICN, interrompa o fornecimento de materiais para a construção do último submarino convencional (Angostura).
- Por fim, atrasos na construção do Complexo de Manutenção Especializada em Itaguaí podem custar R\$ 150 milhões por ano devido a despesas extras com manutenção, apoio operacional e plano básico ambiental.